



59º CONUNE: Um Congresso governista e oposto aos interesses dos estudantes

Combater a direção traidora da UNE

Entre 12 a 16 de julho, ocorre o 59º Congresso da União Nacional dos Estudantes. Ocorre sob o novo governo burguês, de Lula/Alckmin, e depois de um longo período em que a direção da UNE (PCdoB/PT) se manteve no imobilismo, fazendo a oposição ao governo Bolsonaro apenas através das campanhas virtuais, dos “twitaços”, e de um afastamento com o movimento estudantil que, por exemplo, quando retornavam as aulas presenciais, lutava pela reabertura dos Restaurantes Universitários, pela recomposição das verbas para a assistência estudantil, e contra os Reitores impostos pelo governo de ultradireita.

De fato, a direção da UNE, como das grandes Centrais Sindicais, sindicatos, movimentos, embarcou firme na política burguesa do “isolamento social”, acreditando verdadeiramente que era possível realizar o isolamento geral, quando este só ocorreu para a burguesia e setores da classe média. As escolas e as universidades ficaram fechadas em 2020, 2021, e parcialmente em 2022, com a farsa do “ensino remoto”, em uma realidade social em que a maioria dos estudantes sequer tinha os “chips” de dados móveis para acessar as aulas.

Neste mesmo período, o orçamento da educação básica e superior era paulatinamente diminuído. O resultado deste período foi a maior evasão da história, crescendo a parcela da juventude que não estuda nem trabalha, ou quando trabalha, o faz em empregos informais ou subempregos. A direção da UNE que posava de oposição ao governo de Bolsonaro, não organizou as mobilizações para defender a educação pública. Ao contrário, sua campanha, por exemplo, durante o período das “aulas remotas”, era por mais “chips” para os estudantes.

Como outras organizações de massas, participou da organização da frente ampla burguesa e fez campanha para a chapa Lula/Alckmin, considerando-o progressista. Passados seis meses do “mandato progressista”, vemos que o orçamento da educação não foi recomposto: em 2015, quando sofreu o primeiro grande corte com Dilma, estava em R\$174,4 bilhões. Hoje, com o novo governo Lula, está em R\$145,85 bilhões. Do PT de 2015, que inaugurou os bloqueios e os cortes, para o PT de 2023, a diferença é pequena: a educação, como outros serviços sociais, são estrangulados para atender os interesses do grande capital, e, sobretudo, com a política de austeridade (hoje

chamada de “arcabouço fiscal”) para atender os interesses do capital financeiro, nacional e internacional. Enquanto prevê repassar menos de R\$150 bilhões para toda a educação, Haddad e outros ministros de Lula indicam que devem pagar o mesmo montante da Dívida Pública, garantindo, nos próximos anos, o “superávit primário” (mais recursos do orçamento para pagamento da Dívida). Em 2022, foram mais de R\$780 bilhões, apenas em juros. Daí se pode ver a quem favorece o “governo progressista”.

LUTAR PELA REAL INDEPENDÊNCIA POLÍTICA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

Apesar de os números do orçamento comprovarem a prioridade ao sustento do capital financeiro como de todos os governos burgueses, a direção da UNE, a partir de várias correntes e partidos políticos, defenderá uma política que terá como objetivo utilizar o movimento estudantil nacional para “ajudar” o governo Lula a “cumprir seu programa de melhoria dos serviços públicos e da educação”. Como tomam o atual governo como “seu” governo, então, entendem que os movimentos só devem pressionar para que certas pautas sejam apresentadas e votadas no Congresso, contra os setores “conservadores” e “bolsonaristas”. Como se esses setores não formassem a base fundamental do governo.

É uma política mentirosa, ilusória, que engana e subordina o movimento estudantil à agenda do governo federal. Um exemplo disso, neste primeiro semestre, foi a mobilização em torno da revogação do novo ensino médio. Desde a campanha, os petistas afirmavam que poderiam modificar ou revogar a Reforma do Ensino Médio, aprovada ainda com Temer. Iniciado o governo, o tom ficou menos “radical”, propõem mudanças, ajustes, para “aperfeiçoar” a reforma. De qualquer modo, a mobilização, nos poucos lugares em que tem ocorrido de fato, se dirige a “pressionar” o governo, a partir da discussão que o próprio governo colocou. Recuperar, por exemplo, os mais de R\$30 bilhões perdidos de orçamento da educação (desconsiderando a inflação), não surge no horizonte das campanhas da UNE, porque “isso” não é “possível”, “neste momento”, para o atual governo.

Assim, além de serem “pautados” pela agenda do governo, submetendo o movimento nacional a essa agenda e aos limites do possível para “este” gover-

no, a direção da UNE ainda cria a ilusão de que o programa da chapa de Lula/Alckmin, realmente, era “progressista” e foi “votado” pelas massas, quando foi o poder econômico, inclusive, com o apoio direto de frações do imperialismo norte-americano, que permitiu a eleição de Lula, e direcionou a essência de seu “programa”: redesenhar a política de austeridade fiscal, que serve para pagar a Dívida Pública. Em outras palavras, substituir a “Lei do Teto, que não deu “certo”, pelo “arcabouço fiscal”, que continuará saqueando as riquezas nacionais, que poderiam ir para a Saúde, Educação, Infraestrutura, Assistência Social, etc., mas que são consumidas pelo pagamento de juros em benefício do capital financeiro. Se o “programa” de Lula for concretizado, será bom para o grande capital financeiro, para os capitalistas da educação, que receberão mais, através do FIES e do PROUNI, e isso continuará sendo ruim para a maioria nacional, o que inclui a massa de estudantes pobres.

Por tudo isso, é preciso combater a política da direção da UNE e de todas as correntes e partidos que apoiam o atual governo. Nossa luta por mais verbas para Educação, para Ciência, para a permanência estudantil, contra as mudanças curriculares que destroem o pouco de conhecimento que a educação pública pode fornecer, está em choque com as diretrizes dos governos e dos capitalistas. Esta luta exige total independência política (de classe) contra a política que beneficia as diferentes frações da burguesia nacional e internacional.

E exige levantar, verdadeiramente, as reivindicações do movimento estudantil que se manifestam, de forma fragmentada, por todo o país, como a necessidade de contratação de mais professores e funcionários para as universidades (o governo “progressista” de Lula vetou, do orçamento de 2023, a criação de 417 vagas em seis universidades federais de cinco estados), de reorganização e de mais verbas para o programa nacional de assistência estudantil, de mais verbas para as pesquisas envolvendo ciência e tecnologia, de mais verbas para investimentos e obras em toda a rede federal de ensino, etc. Estas reivindicações históricas ressurgem em cada movimento isolado, ano após ano, e são ignoradas pela direção da entidade que deveria organizar, centralizar e impulsionar o movimento nacional dos estudantes.

Recentemente, as universidades estaduais paraenses realizaram uma greve de quase um mês, por reajuste salarial para os professores e os funcionários. Houve participação do movimento estudantil regional, mas não de forma decisiva, de modo que a greve foi suspensa, mesmo sem o atendimento da reivindicação principal. Este é um exemplo de como a UNE não é conduzida para impulsionar e ampliar as lutas, porque, no caso do arrocho salarial, ele foi comum em todas as universidades pelo país, sejam estaduais ou federais. A explosão de um movimento grevista em um estado deveria servir para impulsionar a luta nos demais estados, impulsionando, com

isso, os métodos da ação direta, a partir dos quais os estudantes podem ter “protagonismo”, ao fazer grandes manifestações de rua, ao ocupar os prédios públicos, ao mobilizar outros setores da sociedade. Além disso, a unidade com o movimento docente e dos trabalhadores da educação também é parte da luta em defesa da educação pública em todos os níveis. Mas a direção da UNE e todos os governistas que aparelham as entidades estudantis não podem impulsionar estas lutas, levantar as reivindicações e os métodos de luta porque não querem, de fato, se opor aos governos e aos capitalistas.

Dessa forma, admitem a expansão do privatismo em todos os níveis, que vai corroendo o ensino público e gratuito. Não combatem as medidas de ataques à educação em geral: não rechaçam de conjunto a reforma do Ensino Médio (que “seu governo” vai modificar, mas aprovar); não combatem pela derrubada das burocracias universitárias, que são os instrumentos da burguesia para manejar as universidades; não exigem a efetivação de todos os trabalhadores terceirizados, vítimas da precarização do trabalho; negociam as reivindicações estudantis com as burocracias e os governos, no campo estabelecido pelos liquidadores do ensino público e gratuito.

UM PROGRAMA PROLETÁRIO PARA O MOVIMENTO ESTUDANTIL

O caminho para erguer uma fração revolucionária no interior do movimento estudantil é uma tarefa árdua, mas que se atualiza em cada nova luta, em cada nova mobilização pelas reivindicações mais sentidas e gerais dos estudantes.

Em cada nova mobilização, o programa proletário para a educação se coloca objetivamente. Tantas as reivindicações imediatas, como as de mais verbas, quanto as reivindicações históricas, de um único sistema de educação público, laico, universal (que pressupõe a luta pela estatização de todo sistema privado de ensino), de governo tripartite nas universidades, com eleição direta e revogável de todos os cargos da administração, de defesa da juventude nacional, lutando por trabalho e estudo para todos.

Este conjunto de reivindicações exige mobilização permanente, a partir dos métodos da ação direta, por meio da organização de assembleias democráticas e da ação consciente de uma vanguarda no movimento. O caminho de combate real à atual direção da UNE é o de constituir uma fração de oposição revolucionária, oposta a todo o leque de correntes governistas que compreenda a necessidade de lutar pela independência política, por varrer com as direções traidoras e governistas, por um programa proletário que una as reivindicações de cada movimento às reivindicações gerais, e lute, assim, também pela destruição da sociedade decadente burguesa e pelo socialismo. ●